



Foto: César Cavalcanti

“SE O JORNALISMO É CRÍTICO, ELE TEM QUE ENFRENTAR OS MAIS PODEROSOS”

ENTREVISTA COM GISLENE SILVA, PROFESSORA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA,
REALIZADA POR JULIANA DORETTO

SOBRE A AUTORA >

JULIANA DORETTO >

Doutora em Ciências da Comunicação pela
Universidade Nova de Lisboa

Pesquisadora do MidiAto

E-mail: jdoretto@gmail.com

Gislene Silva saiu da pequena São Geraldo, de 10 mil habitantes, para estudar jornalismo em outra cidade mineira, Juiz de Fora, na Universidade Federal. De lá, rumou a São Paulo, onde concluiu o mestrado em Comunicação Social, na Universidade Metodista, e o doutorado em Ciências Sociais/Antropologia, na Pontifícia Universidade Católica. Ao mesmo tempo, desenvolveu carreira no jornalismo de revista, tendo trabalhado por 11 anos na *Globo Rural*.

O campo, aliás, foi tema tanto de sua dissertação (“Do detalhe ao talhe: Dissertações/teses em Comunicação Rural; uma revisão 1978-1988”) quanto de sua tese (“O imaginário rural do leitor urbano: o sonho mítico da casa no campo”). De São Paulo, migra para Florianópolis, onde se tornou professora da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2003. Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, Gislene tem se dedicado nos últimos anos aos estudos sobre a crítica de mídia, com atenção especial àquela feita pela academia ao jornalismo. Nesta entrevista, ela expõe os resultados obtidos neste último projeto, além de refletir sobre sua formação na área de Antropologia, sobre o imaginário do campo e sobre a prática jornalística brasileira: “Se o jornalismo é crítico, ele tem que enfrentar os mais poderosos. Tem que ir contra o poder hegemônico e trabalhar para as minorias, para mais igualdade social, pelo respeito geral dos direitos. É isso que parte da crítica acadêmica está cobrando do jornalismo”.

“Se o jornalismo é crítico, ele tem que enfrentar os mais poderosos”

Entrevista com Gislene Silva

Líbero: Vamos começar pelo fim. Seu mais recente projeto de pesquisa se volta para a crítica de mídia e para a crítica de jornalismo, em especial. Por que estudar esse tema, tendo em vista que, em tese, os estudos de jornalismo devem por excelência fazer a crítica do jornalismo?

Gislene Silva: Não afirmaria que os estudos de jornalismo devam fazer a crítica por excelência, assim como não considero que a História ou a Sociologia tenham que ser obrigatoriamente críticas. A pesquisa acadêmica pode ser um trabalho descritivo, profundo, ou um trabalho quantitativo que não tenha crítica, mas que seja de fôlego, que estude uma massa de dados empíricos grande. A crítica é uma parte da pesquisa acadêmica. Diria, sim, que o jornalismo deve ser crítico. O jornalismo como profissão deve ter uma postura crítica no trato das questões e acontecimentos sociais. A crítica do jornalismo, por sua vez, é uma das tarefas acadêmicas. Uma delas. Acho que há uma confusão, muitas vezes, quando a gente trata do jornalismo como objeto de estudo: às vezes estamos falando do jornalismo, mas do jornalismo profissão, não do Jornalismo como área e objeto de estudo.

Líbero: Você quer dizer que pode haver um trabalho descritivo ou quantitativo a partir do qual outras análises possam ser feitas?

Gislene Silva: Há muitos trabalhos que param na descrição e que deveriam, na sua proposta, no seu objetivo, ir adiante. Eles queriam ser algo além, e eles param antes. Agora, é um trabalho respeitável quando o pesquisador se propõe a fazer uma descrição profunda, bem-feita. O mesmo vale quando se consegue fazer um trabalho quantitativo, empírico, de fôlego, porque muitos pesquisadores não querem trabalhar com dados empíricos. Então, quando há isso em nossa área, e bem-feito, é uma contribuição grande.

Líbero: O trabalho da pesquisa, nesse caso, é levantar essa descrição, esse quantitativo.

Gislene Silva: Exato. E também mostrar algo, ou descobrir algo, mas não necessariamente criticar esse algo. Por isso, a crítica precisa ser pensada como uma tarefa. Porque temos de estudar melhor como é que se faz.

Líbero: Quando surgiu a ideia desse projeto? Você o desenvolveu num pós-doutorado na Universidade Complutense, em Madri, em 2015 e 2016, certo?

Gislene Silva: Começou com uma disciplina optativa sobre crítica do jornalismo, na graduação, em 2012. Eu identifiquei que havia um campo muito grande de investigação, porque você pode pensar a crítica do jornalismo a partir de vários lugares. A crítica está dispersa na sociedade, pode ser feita por pessoas comuns, em uma carta do leitor, na internet, nas redes sociais. Pode ser feita por um especialista, por um crítico de cinema ou por um especialista crítico de telenovela. Há uma crítica acadêmica, que é feita quando se pesquisa e se faz a crítica acadêmica, que é a área em que eu tenho trabalhado – tanto a crítica de materiais jornalísticos como também a crítica da crítica acadêmica, uma metacrítica. E, ao mesmo tempo, você pode estudar a crítica do jornalismo para ensinar jornalismo, que é o que fiz na disciplina. Ao criticar o jornalismo, em particular a cobertura jornalística, eu estava ensinando a fazer jornalismo. Estava e

“Se o jornalismo é crítico, ele tem que enfrentar os mais poderosos”

estou, porque ministrei essa disciplina em 2013, ainda como optativa, e agora em 2019, já como disciplina obrigatória no currículo novo.

Além disso, o exercício final da disciplina também me fez pensar que a crítica de jornalismo pode ser estudada como um gênero de texto. Esse texto não é um texto opinativo ou informativo. Ele não é uma crônica. Assim como a crítica de um livro, de uma matéria, de uma peça, é a crítica de uma unidade, de um particular. Como se faz esse texto? Ele não é um editorial. Ele é um texto que deve ser pensado como uma crítica, e que precisa ser ensinado. E, quando eu me vi na situação de ter que ensinar para os alunos como elaborar aquele texto, descobri que eu não sabia também. Descobri que nós não temos experiências significativas de crítica de jornalismo, em particular de crítica de coberturas, para poder citar exemplos e mostrar como se faz. Eu quero estudar *como fazer a crítica*, como se opera a crítica de algo que está publicado e veiculado. É isso que me interessa. Mas a crítica do jornalismo pode também ser pensada do ponto de vista da recepção do jornalismo, da instituição do jornalismo como poder ou ator político, do ponto de vista da economia, da concentração dos meios, do monopólio de mídia. Assim como a crítica literária pode ser a respeito de uma escola, mas também de um livro que acabou de ser lançado, de um conto. A minha parte, no entanto, é bem modesta. No sentido de que eu me concentro recentemente no trabalho com a crítica acadêmica que se faz do jornalismo.

Líbero: Não com observatórios de imprensa ou ombudsman?

Gislene Silva: Eu particularmente não, mas os meus orientandos, sim; e inclusive com críticas de leitores. Porém, pensando em projetos de pesquisa, me interessa os modos de se fazer. Meus orientandos fazem a crítica mais direta, digamos assim.

Líbero: Você estaria fazendo um pouco a metacrítica...

Gislene Silva: Neste projeto sim, a crítica acadêmica como uma metacrítica [crítica da crítica]. Por isso a minha parte é modesta nesse sentido. Ela é a crítica acadêmica que se faz do jornalismo e a crítica de cobertura jornalística. Eu não trabalho com a crítica da instituição, da concentração dos meios. Posso discutir a ética em uma cobertura, mas eu não faço uma discussão da crítica da ética do jornalismo de um modo geral. O professor José Luiz Braga [Unisinos] diz que a crítica da comunicação deveria ser feita de forma mais pontual. Não para ficar preso ali, porque toda crítica de unidade se volta para o que é geral depois. Hoje, na área de Comunicação no Brasil, temos mais estudos críticos de televisão – telenovela ou outros programas de ficção e entretenimento – do que estudos críticos do jornalismo que se produz no país.

Líbero: No pós-doutorado, você estudou essa produção acadêmica, de modo comparado, para entender melhor o cenário...

Gislene Silva: Eu fui ver exatamente isso: como os acadêmicos fazem a crítica da cobertura jornalística.

“Se o jornalismo é crítico, ele tem que enfrentar os mais poderosos”

Líbero: E por que a Espanha? O traço latino é importante nesse caso?

Gislene Silva: Cada vez mais estou interessada na América Latina e na península Ibérica. É uma escolha política também. Eu [analisei cinco revistas científicas da área de Comunicação na Espanha](#) (*Latina, Estudios sobre el Mensaje Periodístico, Zer, Anàlisi Ámbitos*), em suas edições no período de cinco anos. Como objeto empírico, foram selecionados somente os artigos que tratam de coberturas jornalísticas. Foram 192.

Concentrei-me em estudar quais são os graus de criticidade e procedimentos de crítica de coberturas jornalísticas que aparecem nesses artigos. Parte deles não tem essa criticidade – e não estou dizendo que tem que ter. Além disso, a crítica aparece em qualquer lugar. Então, talvez não a vejamos no título ou resumo. Mas, ao ler o artigo, é possível identificar que a hipótese era crítica, por exemplo. De todo modo, essa é uma tarefa difícil, porque, afinal, o que é criticar? Estou pensando no jornalismo, no que é fazer a crítica do jornalismo.

O objetivo geral da pesquisa foi buscar respostas à pergunta: “O que e como criticam os que criticam?”. Dei atenção especial às seguintes variáveis: temas das notícias analisadas; tipo de mídia; anos das coberturas; gêneros jornalísticos desses materiais; métodos de análise empregados; perspectivas ou enfoques das análises; e o grau de criticidade. O resultado disso é que esses acadêmicos espanhóis, nessas revistas específicas, de diferentes regiões e diferentes classificações de qualidade como periódico científico, quando criticam, criticam o discurso. Ali, não há uma crítica de uso das fontes, de problemas de apuração, linha editorial e outros aspectos da produção jornalística – que deveriam ser mais bem estudados.

No entanto, eu parto sempre de um pressuposto que, para mim, virou quase um princípio teórico: o de que as marcas da produção aparecem no produto. Ou seja, é preciso olhar as estratégias de apuração. O discurso de uma matéria vai ser outro se tem mais vozes, por exemplo; e há diferenças se o texto é assinado por um repórter ou vem de uma agência de notícias. O texto está cheio de elementos que nos ajudam pensar a cobertura. E não só o discurso. É claro que discurso é realmente a razão final de tudo. O que se fala, o que se recebe como mensagem. Mas poderia haver estudos de jornalismo que fizessem não a análise de conteúdo, que é sobre o tema, ou a análise de discurso, mas a análise de cobertura jornalística. Ainda estamos estudando por etapas, por setores. Se você quer entender o processo inteiro, é preciso estudar o que está publicado, quem foi entrevistado, quem produziu.

Líbero: Ou seja, outros elementos que poderiam ajudar no entendimento de como é feita essa cobertura, às vezes, são deixados um pouco de lado ou têm menor peso que o discurso. Isso ocorreria pela facilidade, em termos práticos, de olhar só o discurso, de não ter que interagir com o repórter, de buscar esse repórter?

Gislene Silva: Eu acho que é pela força que a análise de discurso e a análise de conteúdo têm nos nossos estudos. São métodos, teorias, que têm muita tradição no Brasil. E lá me pareceu que é igual. Sobre isso, eu fiz um segundo trabalho, publicado em 2018 [[“Crítica de cobertura jornalística em um periódico científico espanhol e um periódico brasileiro”](#)]: comparei a revista especializada da Universidade Complutense, a *Estudios Sobre el Mensaje Periodístico*, com a *Estudios de Mídia e Jornalismo*, da Universidade Federal de

“Se o jornalismo é crítico, ele tem que enfrentar os mais poderosos”

Santa Catarina, por cinco anos. O resultado era muitíssimo parecido. O que havia de diferente é que na Espanha a combinação análise de conteúdo e *framing* está presente em quase todos os artigos analisados.

Líbero: E aqui, no Brasil?

Gislene Silva: No Brasil, os artigos usam ou análise de discurso ou *framing*. O problema que nós temos também aqui, nos textos brasileiros, é que não se declara o método. Não está no resumo, não está na introdução. É preciso procurar no meio do texto. Ou temos de inferir. Muitas vezes, o autor não diz o nome, mas está fazendo análise de conteúdo. Ou, em outras, o autor declara qual o método, mas não o cumpre. Encontrei declarações como “é quantitativo”, “é qualitativo”. Mas esse qualitativo é o quê? Não há um nome. Essa é uma questão que, no futuro, devemos discutir. Porque talvez tenhamos que pensar que nós estamos fazendo outra coisa, e é preciso encontrar um nome para isso. Por exemplo, adotamos o conceito de representação social, que é muito forte, e vamos ver como o índio aparece na imprensa, ou como a mulher aparece. Mas qual o método? Não é análise de discurso. Não é análise de conteúdo. Ou seja, os estudos de representação social, e também os de imaginário, podem ser feitos pela análise de discurso, de conteúdo, mas eu também posso não seguir esses métodos.

Líbero: Talvez a gente tenha que começar a nomear o que fazemos...

Gislene Silva: Eu acho que há uma parte das pesquisas que usam um conceito forte, uma ideia-mãe...

Líbero: E tenta aplicar esse conceito-mãe teórico em uma análise...

Gislene Silva: Eu trabalho muito com imaginário e jornalismo, com imagens de ruralidade, de natureza na imprensa. Há algumas teorias sobre o imaginário, e pode-se escolher uma. Mas qual o método? Você tem, por exemplo, o de Gilbert Durand (1921-2012) em *Estruturas antropológicas do imaginário*. Eu não o utilizei integralmente, mas eu me basei no método dele para fazer a análise. Tomei o pensamento de Durand sobre mitocrítica e mitanálise para entender o mito da casa de campo via leitores urbanos da revista *Globo Rural* – considerando a ideia de que o imaginário que circula na vida social está também no texto. Por isso podemos, ao criticar texto e leitura do texto, analisar a sociedade.

Líbero: E essa possível “fraqueza metodológica” não é necessariamente um ponto débil da pesquisa brasileira. Seria isso?

Gislene Silva: É o que eu concluí. Isso não é necessariamente ruim. O que eu acho ruim é usarmos alguns métodos clássicos e não os nomear. E também não nos arriscarmos a nomear alguns métodos mais hermenêuticos, incorrendo no equívoco de dizer que se está fazendo análise de discurso.

Líbero: O importante é você dizer o método que está usando, ainda que seja um método até bastante experimental, digamos assim.

Gislene Silva: Sim. O método deve ser declarado. E também não é suficiente escrever metodologia *ad hoc*.

“Se o jornalismo é crítico, ele tem que enfrentar os mais poderosos”

Líbero: Quais foram os outros resultados da investigação na Espanha?

Gislene Silva: Eles também revelam que os autores espanhóis criticam a cobertura noticiosa pelas ações do jornalismo como ator político envolvido em jogos partidários, interesses econômicos e poderes hegemônicos; e pelos enquadramentos adotados em sua ação de formação da opinião pública, não trabalhando contra preconceitos, estereótipos, discriminação e desigualdade, mas sim para a manutenção do status quo; e, ainda, por seus silêncios e omissões frente ao poder hegemônico.

Eles estão dizendo o seguinte: ao fazer essa cobertura, o jornal está atuando como um ator político. Não está neutro; está tendo uma interferência, fazendo uma intervenção. E eles criticam os enquadramentos adotados pela imprensa em sua ação política de formação da opinião pública: não trabalhando contra preconceitos, estereótipos, discriminação e desigualdade, em relação à mulher, ao imigrante e ao refugiado, por exemplo. E, sobre os silêncios e omissões frente ao poder hegemônico, questionam por que os veículos se calam, ou por que deram poucas linhas sobre determinado tema.

Em resumo, eles estão criticando que o jornalismo não enfrenta a hegemonia. Talvez isso nos ajude a pensar o que é criticar. Porque, se o jornalismo é crítico, ele tem que enfrentar os mais poderosos. Tem que ir contra o poder hegemônico e trabalhar para as minorias, para mais igualdade social, pelo respeito geral dos direitos. É isso que parte da crítica acadêmica está cobrando do jornalismo. Talvez a ação de o jornalismo ser crítico, nós, como acadêmicos, teríamos que ter também. Nesse resultado, entendo que os investigadores de lá estão sendo críticos, porque o que incomoda os acadêmicos espanhóis, na prática do jornalismo, é que o jornalismo não enfrenta o poder hegemônico. A crítica tem algo de enfrentamento. No caso da crítica acadêmica de uma cobertura específica, é preciso negar ou enfrentar o que está ali. Talvez precisemos retornar urgentemente à Teoria Crítica dos frankfurtianos. Uma frase do James Carey [1934-2006], que costumo repetir, diz que “a imprensa é atacada e frequentemente vilipendiada, mas não é objeto de análise crítica fundamentada — nem em público, e raramente dentro das universidades e da própria imprensa”².

Ou seja, a imprensa é atacada, mas não é criticada com sustentação, argumentos, com análise crítica fundamentada. E a imprensa também tem muita resistência em ser criticada. Ela faz a crítica e dá espaço para as críticas de outras áreas, como a crítica literária, do esporte, do cinema, da telenovela. Mas não aceita ser criticada. Por isso, temos mais chance de encontrar críticas ao jornalismo fora da própria mídia noticiosa. Vamos achar nas redes sociais, que potencializam essa voz. Há muito lixo nas redes sociais? Sim, mas podemos também achar em um blog crítica de jornalismo com argumentos bem sustentados, e isso precisa ser estudado. Tenho orientando trabalhando também com mídia contra-hegemônica, que é uma outra maneira de estudar a crítica de jornalismo. Aqui, e na Espanha, criticamos muito a mídia hegemônica. Acho importante começarmos a estudar mais a imprensa não hegemônica.

Aliás, essa é uma crítica que eu acho que nós, pesquisadores, temos que fazer. Temos a expectativa de que o jornalismo hegemônico deva enfrentar a hegemonia. Esses veículos do *mainstream* são hoje mídias hegemônicas, viraram também a hegemonia. Por isso digo que precisamos estudar o contra-

² CAREY, James. W. Journalism and Criticism: the case of an undeveloped profession. *The Review of Politics*, v. 36, pp. 227-249, 1974, p. 227.

hegemônico, ou o que tem sido chamado de imprensa alternativa. Porque talvez ela possa retomar o lugar de responsabilidade e relevância do jornalismo na sociedade.

Líbero: E de modo crítico, certo? Eu tenho uma percepção de que essa contra-hegemonia está sendo olhada às vezes de uma maneira romaneada.

Gislene Silva: A mídia noticiosa independente, alternativa, não hegemônica pode estar reproduzindo elementos da mídia noticiosa hegemônica. O jornalismo não vai ser criticado dentro da imprensa. Nem ombudsman nós conseguimos, já que há apenas um ou dois no Brasil. Com a internet, nós temos uma grande chance, porque a carta do leitor era muito selecionada e editada, e o poder estava na mão de quem escolhia quais seriam publicadas. A gritaria que está no Facebook também não interessa muito. Mas pode haver boas críticas na página de alguém, especialista ou não, ou de uma instituição, de uma ONG.

Líbero: Sobre o jornalismo, um dos seus trabalhos mais conhecidos aborda a noticiabilidade [[“Para pensar critérios de noticiabilidade”, 2005](#)], no qual você faz um importante debate sobre os estudos a respeito dos critérios adotados pelos jornalistas para decidirem que fatos serão transformados em notícias. As novas tecnologias e também novos projetos jornalísticos, como os que são ligados a uma causa social, os contra-hegemônicos, demandariam mais uma revisão teórica sobre esse conceito?

Gislene Silva: Os critérios de noticiabilidade são todos os fatores e ações capazes de interferir na produção da notícia, desde o mais casual, que é estar no lugar certo e na hora certa, até o orçamento do jornal, sua linha editorial e questões pessoais do repórter. Entre eles, estão os valores-notícia. Por exemplo, morreu um bebê ou ocorreu uma tragédia, e isso tornou-se manchete. Os valores-notícia estão aí. E podem sempre surgir novos valores-notícia. Isso não tem fim. Porém, a noticiabilidade não se reduz a valor-notícia. A noticiabilidade implica o fato de um repórter competente, respeitado conseguir fazer que sua matéria ganhe capa. Até o momento, o que temos de fato sobre a noticiabilidade diz respeito ao jornalismo tradicional (o dos jornais, revistas, telejornais e radiojornais), e há essa demanda por incorporação na teoria da noticiabilidade de fatores vinculados às práticas jornalísticas contra-hegemônicas e ao jornalismo que podemos chamar de declaradamente posicionado, ou ativista e militante, como preferem alguns. Há também demandas teóricas no estudo da noticiabilidade naqueles aspectos ligados ao jornalismo on-line e às influências de recursos digitais e redes sociais no jornalismo tradicional. Por exemplo, uma informação, um fato que é muito compartilhado nas redes sociais pode ser escolhido para ser publicado num jornal tradicional por conta desse critério. E esse fato pode ser uma banalidade, ou pode ser uma discussão que a imprensa estava evitando e que se viu obrigada a tratar.

Líbero: E o fato de ter sido repórter por tantos anos moldou sua carreira acadêmica, seu modo de olhar o jornalismo? Se sim, como isso se deu?

Gislene Silva: Com certeza. Nas disciplinas que ministrei, no modo como ensino, na visão que tenho do jornalismo. Eu não acho que para ser um bom professor você precisa ter sido um jornalista, porque o que

“Se o jornalismo é crítico, ele tem que enfrentar os mais poderosos”

se exige para ser um bom docente é diferente. Mas o fato de ter trabalhado como repórter me faz ter menos ingenuidade quanto a expectativas em relação ao jornalismo.

Ser repórter me ajuda a ser boa professora, pesquisadora. Por isso, considero fora de lugar as recomendações, nos finais das dissertações e teses, de que o jornalismo de tal veículo tem de modificar para..., precisa adotar uma ou tal postura. É como se a pesquisa acadêmica sobre o jornalismo se prestasse a funcionalidades desse modo ou se, no nosso país, a pesquisa tivesse essa força de transformar diretamente as práticas dos nossos jornais, revistas etc. É como se editores, chefes de redação e repórteres lessem rotineiramente os resultados de dissertações e teses sobre os veículos em que trabalham. Há nessas recomendações um misto de ingenuidade, pretensão e normatividade. Em espírito de manual. Não quero dizer com isso que uma pesquisa bem-feita, com diagnósticos fundamentados sobre o jornalismo brasileiro, não deva ser publicada e lida por jornalistas. Várias mereceriam isso. Porém, não se trata de dar recados e recomendações. Trata-se da pesquisa em si e das contribuições, análises e resultados. Penso que uma boa pesquisa pode agir na formação de novos profissionais. Eles podem sair das faculdades com estatura intelectual mais capaz de enfrentar a máquina do mercado das mídias noticiosas e tentar fazer um bom jornalismo. Penso também que uma dissertação ou tese tem sua ação transformadora na formação de novos pesquisadores, no aperfeiçoamento de um determinado objeto de estudo e na consolidação ou questionamento de teorias.

Líbero: Vamos voltar um pouco mais na sua carreira. Por que você decidiu fazer seu doutoramento em Antropologia? O que o estudo nessa área de conhecimento lhe ofereceu para compreender o jornalismo, a comunicação?

Gislene Silva: Eu escolhi essa área porque, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, não havia linha de pesquisa em que meu projeto se enquadrava. Isso foi em 1991, e eu trabalhava na revista *Globo Rural*. E a Antropologia me ajudou muito como repórter, porque auxiliava a pensar a relação com o outro, a escutar o outro, a ver o diferente. A minha postura, durante as entrevistas, tinha influências do ofício do antropólogo. A revista trazia reportagens muito técnicas, mas eu sempre tentava escrever a matéria olhando e escutando mais profundamente aquele homem, aquela mulher que eu estava entrevistando, aquele lugar, aquela cultura e paisagem.

Na época da minha pesquisa de doutorado, final dos anos 90, o número de assinantes da *Globo Rural* na cidade de São Paulo estava aumentando, mas por quê? No jornalismo pensa-se que uma revista tem sucesso, que ela se vende por motivos muito concretos, racionais, vamos dizer. E não é bem isso. O programa *Globo Rural* na televisão, por exemplo, tem grande audiência porque eles mantêm a proposta inicial, que é olhar para o universo rural de uma forma mais complexa, e não apenas pela perspectiva econômica da produção agrícola. O rural é a natureza, a comida, a música, e tudo o que isso representa. O jornalismo, então, passa pela questão da cultura, do nosso imaginário, dos sonhos, do inconsciente. As razões são as mesmas, talvez, de uma pessoa assinar uma revista de decoração de casas financeiramente inalcançáveis

“Se o jornalismo é crítico, ele tem que enfrentar os mais poderosos”

ou de a revista *Pequenas Empresas, Grandes Negócios* ter como assinante um operário. Ele sonha que um dia não terá patrão, que vai abrir seu próprio negócio. Quero dizer, a Antropologia me ajudou a não ter uma visão reducionista do jornalismo e do seu lugar na sociedade.

E, na vida acadêmica, a Antropologia é fundamental para mim, porque alarga a visão que eu tenho do Jornalismo, da Teoria do Jornalismo, me faz enxergar a necessidade dos estudos em Jornalismo dialogarem com outras áreas do conhecimento. Há muita conversa entre a Antropologia e o pensar a Comunicação. No caso específico da minha pesquisa, me ajuda a pensar a relação com o outro, a relação do homem com a natureza, com a cidade, com o campo.

Líbero: E como você avalia o jornalismo que vem sendo praticado no Brasil? Quais seriam os avanços, quais seriam os retrocessos, em relação a práticas jornalísticas anteriormente vistas no país?

Gislene Silva: O jornalismo em geral, como sabemos, sofre diretamente o impacto da revolução digital que vivemos. Os modos de comunicação social estão sendo bastante alterados e obrigam o jornalismo a adotar novas configurações. Mas essa perspectiva de novas configurações, novos modelos de negócio é apenas tecnológica e econômica. O jornalismo, como sempre, contracenava com a política do momento. Pela perspectiva política, as transformações são outras. Pensando em minha própria experiência como jornalista em São Paulo, da segunda metade dos anos 80 até início dos anos 2000, eu diria que vivemos ali um período de exuberância. Um jornalismo com muita vontade de respirar a abertura democrática e de ser o que ele pode ser de melhor, em defesa dos direitos civis, dos direitos humanos, das liberdades políticas e sociais e de comportamento, de um estado de direito, enfim. Víamos uma nova editora de revistas sendo aberta e dando muitos empregos. Outra editora de revista em expansão, um novo jornal impresso, novos telejornais. A alteração tecnológica aí foi somente a entrada dos computadores nas redações – uma grande mudança, mas não comparável com a chegada da internet. Agora, nos anos atuais, o que temos no mundo em termos de momento político? Para além da complexidade das guerras e das migrações e refugiados de toda ordem, temos um mundo em que o capitalismo reina sozinho. No Brasil, temos esse enorme retrocesso político e social nas conquistas do final dos 80 até a metade da década em que vivemos. Tudo isso somado, temos um jornalismo que não sabe mais seu lugar, ou dele não quer saber. Um jornalismo que atua mais em seus próprios interesses econômicos, sendo que para isso se presta a gestos políticos que afetam toda a sociedade. Porém, não gostaria de ficar somente olhando para trás, naquela ideia de que os melhores tempos passaram. Eu não me deslumbro cegamente pela força da transformação tecnológica, da internet e das redes sociais. Mas não subestimo a potencialidade desta nova condição tecnológica em dar vez a jornalismo contra-hegemônicos, a novas empresas ou empreendimentos diferentes da mídia noticiosa tradicional, em estimular outros tipos de jornalismo. Tipos que ainda não conhecemos. E dos quais precisamos com certa urgência, para responder ao momento político e histórico em que vivemos.

Data de submissão: 01/05/2019

Data de aceite: 27/05/2019

“Se o jornalismo é crítico, ele tem que enfrentar os mais poderosos”